

## COMISSÃO LUSO-BRASILEIRA DE SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Aos 10 dias do mês de setembro de 1996, na cidade de Lisboa, Portugal, na sala de reuniões da Presidência do Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IAN/TT), reuniu-se a Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, sob a presidência de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Sub-Diretor-Geral do IAN/TT. Estiveram presentes, **por parte da República Federativa do Brasil:** Jaime Antunes da Silva, Diretor-Geral do Arquivo Nacional e Presidente do Conselho Nacional de Arquivos; Esther Caldas Bertoletti, Coordenadora do Projeto Resgate/Ministério da Cultura; Caio Boschi, Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Sílvia Ninita de Moura Estêvão, Coordenadora de Documentos Escritos do Arquivo Nacional, membros da Seção Brasileira da referida Comissão, presidida pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional, e, **por parte da República Portuguesa:** António Manuel Hespanha, Comissário-Geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Maria José Ferreira, representante do Gabinete das Relações Internacionais do Ministério da Cultura; Inácio José Guerreiro, Vice-Diretor do Instituto de Investigação Científica Tropical, do Ministério da Ciência e Tecnologia; Maria Luísa Abrantes, Diretora do Arquivo Histórico Ultramarino; Francisco G. Cunha Leão, Diretor da Biblioteca da Ajuda/IPPAR; João Gonçalves e Maria Luísa Cabral, da Biblioteca Nacional de Lisboa; Isabel Beato, do Arquivo Central da Marinha; Aniceto Affonso, Diretor do Arquivo Histórico Militar; Margarida Ortigão Ramos, Diretora do Arquivo da Imprensa Nacional/Casa da Moeda; e pelo IAN/TT José Maria Salgado, Sub-Diretor, Madalena Garcia, Maria de Lurdes Henriques, Noémia Ferreira e Maria do Carmo Dias Farinha. O Presidente da Sessão faz saudação de boas vindas à delegação brasileira e agradece a presença do Comissário-Geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e dos representantes das diversas instituições arquivísticas portuguesas que aceitaram o convite para participar desta reunião. O Presidente da Sessão convida para secretariar os trabalhos desta reunião Sílvia Ninita de Moura Estêvão, do Arquivo Nacional do Brasil. O Presidente da Sessão destacou o fato das atuais propostas de trabalho cooperativo internacional remontarem ao início da década de 1980 e que neste momento, em que se reúnem muitas das principais instituições detentoras acervos sobre o Brasil, será possível não só se definirem as ações estratégicas para implementação de programas de trabalhos conjuntos, num esforço de colaboração interinstitucional em Portugal, como, também, será possível a consecução de projetos conjuntos, no Brasil e em Portugal, com as diversas instituições de guarda e preservação de acervos da história comum aos dois países envolvidos no Protocolo de Colaboração para a área arquivística, firmado na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1995, entre o Ministério da Justiça do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros de Portugal, com vistas às comemorações do Quinto Centenário da Descoberta do Brasil. Antes de passar à palavra ao Diretor-Geral do Arquivo Nacional do Brasil, o Presidente da Sessão informa que terão que ser tomadas as medidas necessárias para a composição da Seção Portuguesa da Comissão Luso-Brasileira, que já conta com a designação, por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Direção do Arquivo Histórico Ultramarino, além de representação do Ministério da Cultura, sob a coordenação do IAN/TT. O Presidente da Seção Brasileira

da Comissão, Jaime Antunes da Silva, fez uma breve exposição de fatos relacionados à constituição da Comissão no Brasil, instalada em 25 de abril p.p., e dos trabalhos até agora desenvolvidos: prospecção dos acervos documentais custodiados pelo Arquivo Nacional, Museu Imperial de Petrópolis, Arquivo do Grão-Pará (S.A.I. o Príncipe D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico do Exército, Centro de Documentação da Marinha e Arquivo Histórico do Itamaraty do período colonial até o ano de 1821, inclusive, com o objetivo de identificar os fundos/coleções produzidos e acumulados pelas Secretarias de Estado e pelos demais órgãos e entidades de Administração e Justiça instalados, pelo Governo Português, a partir de março de 1808, no Rio de Janeiro, bem como identificar os documentos trazidos ou mandados trazer por Dom João a partir da transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil, que tenham ficado sob a guarda e preservação de instituições, públicas e privadas, sediadas no Rio de Janeiro; desenvolvimento de metodologia própria para realização da dita prospecção; organização de colóquio sobre fontes documentais para a historiografia brasileira dos períodos colonial e joanino, com a participação de especialistas de Portugal e Brasil, a se realizar no mês de setembro de 1997; perspectivas de extensão da dita prospecção, acrescida de novos campos informacionais, às demais instituições arquivísticas brasileiras, públicas e privadas, sediadas em diferentes pontos do território nacional entre os anos de 1997 e 1998, cujos resultados deverão ser divulgados em 1999; definição de estratégias de divulgação dos fundos documentais do período colonial, incluindo a publicação de guias e inventários de documentos do período colonial, tendo em vista incentivar novas pesquisas, tais como a promoção de concursos de monografias e exposições; convênios já assinados e a serem assinados com distintas universidades no Brasil para fornecimento de bolsas para estudantes universitários participarem de projetos de organização, descrição e microfilmagem de acervos documentais do período colonial; e avaliação de possibilidades de obtenção de patrocínio junto a agências de fomento públicas e privadas para desenvolvimento de determinados projetos, sempre intermediados pela Seção Brasileira da Comissão. A Coordenadora do Projeto Resgate, Esther Caldas Bertolotti expôs sumariamente os objetivos do projeto, chamando a atenção para tentativas semelhantes patrocinadas pelo governo brasileiro desde a primeira metade do século, incumbindo a determinados pesquisadores de localizarem e copiarem manuscritos de interesse para a história do país. Ressaltou que o atual projeto segue princípios estabelecidos pela UNESCO nos anos 1970 no que diz respeito a partes comuns à história dos países, informando que o Projeto Resgate estender-se-á à Holanda, França e Espanha. Que é muito importante buscar-se formas de se otimizar e melhor operacionalizar os custos de projetos específicos, a exemplo das experiências com os projetos tidos no âmbito do Arquivo Histórico Ultramarino. Caso o Projeto Resgate receba a chancela da UNESCO, dentro do projeto “Memória do Mundo”, certamente isto virá a favorecer a obtenção de novos recursos junto a outras agências financiadoras. António Hespanha manifestou seu apoio aos objetivos da Comissão Luso-Brasileira, considerando urgente a elaboração, por parte dos arquivos portugueses, de um plano de salvaguarda, levando em consideração os subsídios apresentados e os trabalhos já desenvolvidos pela Seção Brasileira, e propõe a constituição de um fundo para organização e microfilmagem de documentos, de modo a se evitar as dificuldades de remessa de recursos de Portugal para o Brasil e do Brasil para Portugal, anunciando que a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses estaria disposta a investir US\$ 100 000 (cem mil dólares) no ano de 1997 em projetos em Portugal de interesse da Seção Brasileira da Comissão,

considerando a hipótese da Comissão no Brasil já dispor de igual montante para ser investido em projetos de interesse para Seção Portuguesa da Comissão, contornando, assim as dificuldades de transferência de valores de um país para outro. O Diretor da Biblioteca da Ajuda, Francisco Cunha Leão, anunciou ter sido concluído, há cerca de dois meses, o plano patrocinado pela UNESCO de microfilmagem dos documentos custodiados por essa Biblioteca no que diz respeito a Goa, São Tomé e Príncipe e Brasil, estando no momento dedicados à inventariação de documentos referentes Índia, prevendo para depois de 1998 o início da inventariação do acervo referente ao Brasil. Para a Biblioteca da Ajuda teria um especial interesse de que toda documentação integrante da Biblioteca Régia fosse reconstituída, identificando-se e microfilmando-se o acervo de livros e manuscritos que teriam ficado no Brasil por ocasião do retorno de D. João a Portugal. Maria Luisa Abrantes, Diretora do Arquivo Histórico Ultramarino, afirmou que os portugueses não tem conhecimento do que existe no Brasil de seu interesse, mas que, certamente, os documentos do período em que a família real lá permaneceu tem uma importância especial, especialmente a correspondência local. João Gonçalves, da Biblioteca Nacional de Portugal, manifestou especial interesse dessa instituição sobre a microfilmagem de acervo complementar, informando que a Biblioteca possui um núcleo muito importante sobre a Inquisição e que a Biblioteca gostaria imensamente de dispor, em microfilmes, do material sobre a Inquisição em Goa existente na Biblioteca Nacional do Brasil. Destacou o fato do arquivo do Marquês de Pombal, de interesse para o Brasil, estar sob a custódia da Biblioteca Nacional de Portugal. Margarida Ortigão Ramos, Diretora do Arquivo da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, declarou que como todo ouro vindo do Brasil para Portugal passava pela Casa da Moeda no seu acervo achavam-se diferentes registros sobre isso, no período 1710 a 1807, bem como informações sobre o apoio da Casa da Moeda portuguesa a todas as casas da moeda localizadas no ultramar. A esta altura, Esther Caldas Bertoletti interveio chamando a atenção para a existência no Brasil do acervo da Casa dos Contos, custodiado por diferentes instituições (Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo Público Mineiro e Casa dos Contos de Ouro Preto) que está a merecer um projeto especial e que, certamente, seria de interesse para a Casa da Moeda de Portugal. O Diretor do Arquivo Histórico Militar, Aniceto Afonso, assegurou que o Exército tem condições de promover e executar a sua própria microfilmagem, dispondo-se a estabelecer um intercâmbio direto com o Arquivo Histórico do Exército do Brasil ou por intermédio da Seção Portuguesa da Comissão de Salvaguarda. Disse não terem clareza no momento do que gostariam de receber em microfilme mas que isso poderá ser estudado e indicado à Comissão. Isabel Beato, do Arquivo Central da Marinha, frisou ser necessário a ela solicitar autorização às autoridades superiores para participar de projetos com tal magnitude como o que está em debate, não tendo ainda dados que levassem a identificar o que poderá ser a contrapartida para o seu arquivo. Adiantou, ainda, que o Arquivo Central da Marinha tem muito interesse, também, em fontes integrantes dos acervos do Arquivo Histórico Militar e do Arquivo Histórico Ultramarino. A despeito das atuais indefinições considera factível a realização de projeto desta natureza no âmbito do Arquivo Central da Marinha, a exemplo do que foi desenvolvido a pedido de Moçambique. Indagação da Diretora do Arquivo Histórico Ultramarino se cada uma das partes - Brasil e Portugal - incumbir-se-ia, portanto, da captação de recursos para microfilmagem de seus respectivos acervos. O Presidente da Sessão esclareceu que no artigo 8º do Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem estava previsto o intercâmbio entre Brasil e Portugal de igual número de rolos de microfilme e que o artigo 9º do mesmo Plano estabelecia a necessidade de se

definir cotas anuais de microfilmes exequíveis no período de um ano, devendo o país interessado suportar o que ultrapasse essas cotas. O Presidente da Seção Brasileira salientou a urgência de se definirem as expectativas em torno de programas e projetos no âmbito da Comissão de modo a se proceder ao detalhamento dos mesmos, incluindo a previsão da microfilmagem que resultará de cada um. Para ajudar nessa definição o Brasil trouxe os primeiros resultados, a maioria ainda não submetidos a uma apreciação técnica mais detida, da prospecção já realizada no Arquivo Nacional, no Arquivo Central da Marinha, no Arquivo Histórico do Exército, no Arquivo Histórico do Itamaraty e no Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, de modo a que as instituições presentes dispusessem de informações básicas para reflexão quanto aos acervos afins custodiados por algumas instituições brasileiras. O Presidente da Sessão ponderou que os assuntos em pauta requeriam a formalização da Seção Portuguesa da Comissão Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental de modo a que, em seguida, se passasse a elaboração propriamente dita do Plano. A Diretora do Arquivo Histórico Ultramarino reforçou essa observação, comentando que a Comissão até o momento só tem existência no âmbito do Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo e no recente despacho do Ministério da Ciência e Tecnologia que indica o Arquivo Histórico Ultramarino para integrar a Seção Portuguesa da referida Comissão. Esther Caldas Bertoletti destacou a necessidade dos diferentes Ministérios ligados às instituições presentes de se articularem para formalização da Comissão em Portugal, mas que deveria ser integrada pelas instituições diretamente interessadas. António Hespanha reafirmou a sugestão de constituição de um fundo global para uma planificação global de modo a se otimizar recursos. O Presidente da Seção Brasileira concordou com a sugestão, citando como exemplo as iniciativas da Comissão no Brasil no sentido de se promover a discussão e aprovação de diferentes projetos a serem implementados no âmbito da Comissão. Ressaltou ainda que é possível promover-se alterações nos termos do Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem, devendo-se apenas encaminhar as sugestões à Seção Brasileira que, então as apreciaria. Acordado os novos termos o Plano Luso Brasileiro de Microfilmagem seria firmado pelas respectivas Presidências das Seções Brasileira e Portuguesa da Comissão. O Coordenador Acadêmico do Projeto Resgate, Caio Boschi, pedindo licença para comentar o óbvio mas necessário, observou haver ocorrido no Brasil a multiplicidade de reprodução de documentos levados de Portugal por pesquisadores de acordo com seus interesses individuais para uso individual. Considerando o ano 2000, é importante que a microfilmagem esteja fundamentada num processo de inventariação dos acervos de modo a se evitar duplicação ou triplicação de gastos públicos, caso se continue a microfilmagem de maneira casuística. Esther Caldas Bertoletti reforçou esta idéia assegurando que a microfilmagem em pauta pressupunha a organização dos acervos. O Presidente da Seção Brasileira disse ser fundamental que os acervos fossem organizados antes de serem microfilmados e que também acreditava na necessidade de uma interação técnica maior entre portugueses e brasileiros de modo a que o programa descritivo e as bases de dados que venham a ser constituídas tivessem campos comuns, facilitando a recuperação das informações, a microfilmagem e até a digitalização, se for o caso. Madalena Garcia comentou existir já há muitos anos uma relação de cooperação técnica entre Portugal e Brasil com especial sucesso no campo da terminologia arquivística. António Hespanha, voltando à idéia da constituição da Seção Portuguesa, afirmou que esta talvez pudesse ter menos membros que a Seção Brasileira e que a necessidade de uma planificação geral não poderia impedir que certos projetos em curso ou dotados de recursos mais imediatos

tardassem na sua implementação. José Maria Salgado, Sub-Diretor do IAN/TT, sugeriu que a Seção fosse composta por um representante de cada Ministério e que fossem elaborados planos setoriais anuais; ao invés de se aguardar um plano global. Inácio José Guerreiro, Vice-Diretor do Instituto de Investigação Científica Tropical, comentou que o Projeto Resgate é antigo, estando o Arquivo Histórico Ultramarino em vias de concluir a microfilmagem dos documentos referentes à Capitania de Minas Gerais, devendo, em breve, iniciar a microfilmagem dos códices do Conselho Ultramarino. Espera também instalar um laboratório de microfilmagem equipado nas novas instalações do Arquivo Histórico Ultramarino, o que viria facilitar o processo de microfilmagem dos documentos de interesse para o Brasil. Esther Caldas Bertoletti, retomando as informações por ela divulgadas sobre os projetos na mesma linha do Projeto Resgate a serem realizados na Espanha, França e Holanda aventou a hipótese de posterior encaminhamento a Portugal de cópias desses microfimes, o que suscitou pedido de esclarecimento por parte do Arquivo Histórico Ultramarino quanto a algum comprometimento de distribuição aos países citados dos microfimes produzidos sobre o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. Esther Caldas Bertoletti respondeu negativamente. Sobre essas duas últimas intervenções, António Hespanha observou haver aspectos comuns, nos projetos citados com os programados em Portugal de produção de guias de fontes sobre Portugal existentes em outros países, já havendo dois volumes publicados, um em vias de o ser e de já estar aprovada pela Comissão Nacional, para o próximo ano, a elaboração de um roteiro de fontes arquivísticas na França por um investigador português, havendo um outro projeto, ainda não implementado, para ser desenvolvido no Arquivo de Simancas. O Presidente da Sessão procurando sintetizar os principais acertos dentre todos os assuntos debatidos, indicou a necessidade de se conferir, o mais rápido possível, expressão institucional à Seção Portuguesa da Comissão de Salvaguarda, mas de modo a não impedir os programas já iniciados ou em vias de o serem, bem como a importância de se planejar os trabalhos ainda não iniciados imediatamente após a constituição da referida Seção. No âmbito dessas prioridades, haverá também que se definir as fichas (formulários) de coletas de dados. Antes da reunião ser dada por encerrada, o Presidente da Seção Brasileira convidou as instituições presentes, enquanto detentoras de acervos de interesse para o Brasil, a elaborarem artigos a serem publicados na Revista Acervo que poderia ser lançada em setembro de 1997, por ocasião da realização do colóquio sobre fontes documentais no Brasil, com o apoio do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro e do Centro Cultural da Marinha. Esther Bertoletti chamou a atenção para a necessidade de se sistematizar todas as teses produzidas sobre o Brasil/Colônia e de subsidiar e estimular o estudo da Paleografia, com o fornecimento de bibliografia especializada ao público interessado. Por fim, o Arquivo Histórico Ultramarino manifestou sua preocupação em acelerar o máximo possível a inventariação do acervo sobre o Brasil, a tempo de apresentar seus resultados no colóquio a ser realizado no Brasil no ano vindouro. E nada mais havendo a que se registrar, eu Sílvia Ninita de Moura Estêvão lavei a presente ata que vai por mim assinada e pelo Presidente da Sessão, seguida das assinaturas dos demais participantes.